



Diagnóstico do FMI à economia nacional revela um Estado praticamente falido, com impactos directos na imagem do país nos mercados, negócios e investidores internacionais

- É este o diagnóstico que pode ler-se nas entrelinhas do relatório de mais de cem páginas sobre a economia nacional recentemente publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo a instituição, as políticas macroeconómicas permaneceram praticamente inalteradas desde a última avaliação em 2024 e as reformas críticas recomendadas, sobretudo consolidação fiscal e maior flexibilidade cambial, não saíram do papel.





“

“Moçambique continua a enfrentar um ambiente macroeconómico complexo, marcado por um crescimento moderado, vulnerabilidades fiscais e da dívida e diminuição da ajuda externa”, lê-se no relatório.

”

O documento¹ esteve no centro do debate público ao longo da semana finda, ocupando manchetes e alimentando fóruns de discussão nas redes sociais. Entretanto, o que nele se lê não constitui uma grande novidade ou alguma realidade “estranha” ao moçambicano ordinário. É, sim, a confirmação, com linguagem diplomática, técnica e sustentada por números oficiais, dos desafios que os moçambicanos enfrentam no seu dia a dia para a realização dos seus direitos económicos e

sociais, numa economia fragilizada e com um Estado financeiramente de joelhos, com margens cada vez mais reduzidas para prover o mínimo exigível no âmbito do contrato social com os seus cidadãos.

Importa lembrar que este relatório não é apenas mais um documento técnico. Muitas vezes, é o verdadeiro cartão de visita do país nos mercados internacionais. É com base nele que investidores, credores e parceiros avaliam o risco de fazer negócios e investir.

O Estado na bancarrota: Défice persistente, dívida elevada e financiamento cada vez mais escasso

“Moçambique continua a enfrentar um ambiente macroeconómico complexo, marcado por um crescimento moderado, vulnerabilidades fiscais e da dívida e diminuição da ajuda externa”, lê-se no relatório.

Em termos simples, os números retratam um Estado falido. O Governo está a gastar mais do que consegue arrecadar, tem cada vez menos fontes para se financiar e já enfrenta dificuldades para pagar parte das suas dívidas. Mais preocupante ainda: parece não haver vontade política para mudar o estado das coisas. Como avança o próprio Fundo no relatório, as recomendações políticas críticas feitas no âmbito da avaliação de 2024 não foram implementadas, o que agrava a percepção de inércia num contexto que exige decisões firmes.

Em 2025, o défice fiscal reduziu de 6,2 por cento do PIB em 2024 para 4,5 por cento do PIB. À primeira vista, este número pode parecer positivo. No entanto, a redução não resultou de um aumento estrutural de receitas ou de uma reforma profunda da despesa. Foi sobretudo consequência de cortes severos em bens, serviços e investimento público. A instabilidade social após as eleições de Outubro de 2024 levou ao encerramento de empresas, redução das importações e forte contracção do sector de serviços. Isso provocou uma queda acentuada das receitas fiscais no último trimestre, fazendo com que a receita total caísse para 18,7 por cento do PIB em 2025, contra 20,3 por cento em 2024. Ou seja, o

défice diminuiu porque o Estado cortou despesas de forma abrupta, não porque as finanças públicas se tornaram estruturalmente mais sólidas.

O Fundo voltou a apresentar preocupações sobre a folha salarial. A despesa com salários continua a exercer forte pressão sobre o orçamento, situando-se em torno de 13,5 por cento do PIB (e mais de 70% das receitas fiscais), um dos níveis mais elevados da despesa pública. Um resultado do grande fiasco da Tabela Salarial Única (TSU).

A dívida pública continua elevada e, segundo a própria avaliação técnica, é considerada insustentável nas condições actuais. Mas o problema não está apenas no tamanho da dívida. Está também na sua estrutura. A dívida está a mudar de perfil e a tornar-se mais difícil de gerir.

No final de 2025, 35 % dos títulos de dívida do Estado eram de curto prazo. Isto significa que mais de um terço da dívida precisa de ser renovado com frequência. Todos os meses o Estado precisa de refinaranciar parte do que vence. Se os bancos recusam ou exigem juros mais altos, a tesouraria entra em stress. E quando a tesouraria entra em stress, o governo começa a escolher o que pagar e o que atrasar. É assim que surgem atrasados com fornecedores, com serviços, e até com a própria dívida. É um ciclo vicioso.

O peso da dívida continua alto (91% do PIB em 2025) e o serviço dessa dívida consome cada vez mais recursos que poderiam ir para saúde, edu-

¹ O relatório decorre da missão realizada ao abrigo do Artigo IV dos Estatutos do FMI, mecanismo anual de supervisão através do qual a instituição avalia a situação macroeconómica, fiscal, monetária e cambial dos países membros. A missão esteve em Maputo entre 12 e 21 de Novembro de 2025, mantendo encontros com o Governo, o Banco de Moçambique e outros actores económicos. As conclusões são posteriormente discutidas e validadas pelo Conselho Executivo do Fundo.

cação e outros investimentos sociais. O valor da dívida em percentagem do PIB está projectado para subir e manter-se acima dos níveis considerados prudentes. A persistência de défices elevados ao longo dos últimos anos já teve custos visíveis: mais recursos destinados ao pagamento de juros e à massa salarial, menos recursos para os sectores sociais. Além disso, o elevado recurso ao crédito interno tem reduzido o financiamento disponível para o sector privado, travando o crescimento económico e enfraquecendo a confiança dos investidores.

Paralelamente, o país ficou com menos financiamento disponível, sobretudo externo, e o interno tornou-se mais caro e mais difícil. Desde 2022, o financiamento externo líquido tem sido negativo. Na prática, isto significa que entra menos dinheiro novo do que o que sai para pagar dívida e compromissos. Quando o exterior não financia, o Estado vira-se para dentro, competindo com o sector privado pelo dinheiro dos bancos comerciais ao nível

nacional.

Enquanto as volumosas receitas do gás, previstas para 2023, não chegam, os bancos nacionais continuam sendo a principal fonte de financiamento dos défices, mas começaram a recuar por receio de atrasos no pagamento. Em 2025, os atrasados no serviço da dívida continuaram e, pela primeira vez, atingiram também títulos de curto prazo. No mesmo ano, a Agência de *Rating S&P* classificou a dívida em moeda local como “default selectivo”, sinalizando para o mercado que o risco de não pagamento aumentou. O Estado tornou-se num mau devedor. O efeito imediato é a retração dos credores, maiores taxas de juro e exigência de prazos mais curtos.

Em resumo, o Estado tem menos dinheiro disponível, enfrenta mais dificuldades para se financiar e carrega uma dívida considerada insustentável. Enquanto esta dinâmica persistir, a capacidade de investir, apoiar a economia e cumprir o contrato social continuará seriamente limitada.

Novo programa condicionado a reformas

Com contas apertadas até ao limite, o Governo anseia desesperadamente por um novo programa com o Fundo. O programa anterior apoiado pelo FMI² expirou em Abril de 2025 com duas revisões por concluir e, em Maio, o Governo solicitou um novo programa. Sobre este pedido, o Fundo é peremptório: “o avanço para um acordo dependerá de reformas concretas para corrigir os desequilíbrios internos e externos”.

Segundo a instituição, as políticas macroeconómicas permaneceram praticamente inalteradas desde a última avaliação em 2024 e as recomendações críticas feitas, sobretudo consolidação fiscal e maior flexibilidade cambial, não saíram do papel.

O relatório propõe uma consolidação fiscal de cerca de 3 por cento do PIB ao longo de três anos, entre 2026 e 2028. Fundamentalmente, reduzir necessidades de financiamento e travar a trajectória de endividamento, colocando a necessidade de financiamento em torno de 2,1 por cento do PIB em 2027, um nível considerado possível de cobrir com o mercado doméstico e apoio multilateral.

Esta consolidação deve incidir principalmente so-

bre a pesada massa salarial. A instituição multilateral lembra que o peso dos salários no Estado está entre os mais altos da região, cerca de 13,5% do PIB. A meta é reduzi-la para cerca de 11% do PIB até 2028, criando espaço para investimento e despesa social. As medidas recomendadas incluem eliminar o décimo terceiro salário em 2026, reintroduzindo-o de forma parcial nos dois anos seguintes, congelar salários base em termos nominais entre 2026 e 2028, congelar promoções e progressões na carreira de 2026 a 2030, impor um tecto rígido às horas extraordinárias e restringir novas contratações aos sectores prioritários como saúde, educação e justiça.

Do lado da receita, o relatório sublinha que Moçambique já tem uma carga fiscal relativamente elevada, pelo que a solução não é simplesmente subir impostos de forma cega. O foco deve ser alargar a base tributária e eliminar fugas e isenções fiscais que corroem a arrecadação, tornando o sistema mais eficiente. O potencial estimado ronda 0,8 por cento do PIB, através da aplicação da taxa normal do IVA a mais bens importados, eliminação de isenções em serviços financeiros, seguros, arrendamen-

² Em Maio de 2022, o FMI aprovou um programa de três anos ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), no valor de cerca de 456 milhões de dólares. O objectivo era apoiar a recuperação económica, reduzir vulnerabilidades da dívida e reforçar a gestão das finanças públicas. O programa previa mobilização adicional de receitas e maior disciplina fiscal.

to comercial e jogo, reforço de impostos específicos e racionalização de benefícios no imposto sobre empresas. A instituição nota que o governo prevê mobilizar cerca de 1% do PIB com digitalização fiscal e tributação de transacções digitais. Contudo, alerta que sem modernização efectiva da administração tributária e combate às fugas, estas medidas dificilmente produzirão os resultados esperados.

A política cambial do país também é visada nas recomendações. Após uma onda de críticas, a nível nacional, à gestão do mercado cambial feita pelo Banco de Moçambique ao longo do ano passado, enquanto o governador, Rogério Zandamela, preferia assobiar para o lado, agora foi a vez do FMI.

O Fundo nota que, apesar da estabilidade nominal do metical face ao dólar desde 2021, essa estabilidade tem sido sustentada por restrições no acesso à moeda estrangeira e orientações informais que impedem o mercado de ajustar plenamente a taxa de câmbio. O resultado são atrasos no acesso a divisas, dificuldades para empresas importarem matérias-primas e equipamentos e receios de investidores quanto à repatriação de lucros. Ao impedir que o câmbio reflecta as condições reais da economia, acumulam-se pressões externas, alimenta-se o mercado paralelo e adia-se um ajustamento que, quanto mais tarde ocorrer, mais custoso tende a ser.

A solução proposta é mais flexibilidade cambial, com intervenções pontuais apenas quando necessário e dentro de um quadro claro. Esta medida está condicionada a um ajustamento fiscal efectivo. Sem consolidação fiscal, soltar o câmbio pode traduzir-se em mais instabilidade e não em mais equilíbrio. Por isso, o pacote é apresentado como

um todo: ajuste fiscal primeiro, e depois transição cambial bem comunicada e ancorada num regime que proteja expectativas e inflação.

O Fundo insiste numa estratégia de comunicação clara, transparente e contínua, explicando por que a consolidação é necessária, como beneficia a população, que medidas protegem os mais vulneráveis e quais são os prazos e *trade-offs*. Sem isto, o Governo corre o risco de perder apoio social e tornar as medidas inexequíveis.

Outrossim, a instituição propõe reformas estruturais para apoiar um crescimento mais inclusivo e sustentável. O reforço da governação, da transparência, da prestação de contas e do Estado de Direito é visto como essencial para criar um ambiente de negócios previsível e atractivo ao investimento. Paralelamente, recomenda-se a correcção das fragilidades na gestão das finanças públicas e a adopção de uma Lei de Responsabilidade Fiscal para reforçar a disciplina orçamental.

Reagindo às conclusões da avaliação, o Governo anunciou a contratação da firma norte-americana Alvarez & Marsal³ para apoiar reformas fiscais e a reestruturação da dívida. Contudo, importa recordar que muitas das medidas agora apontadas como urgentes já haviam sido recomendadas na revisão de 2024 e simplesmente não foram implementadas. Sem vontade política e seriedade, a próxima revisão em 12 meses voltará a produzir o mesmo diagnóstico. O risco é repetir o padrão conhecido: gastar rios de dinheiro em assessorias internacionais enquanto as reformas essenciais continuam adiadas e os problemas estruturais permanecem não resolvidos.

“ O Fundo insiste numa estratégia de comunicação clara, transparente e contínua, explicando por que a consolidação é necessária, como beneficia a população, que medidas protegem os mais vulneráveis e quais são os prazos e *trade-offs*. Sem isto, o Governo corre o risco de perder apoio social e tornar as medidas inexequíveis. ”

³ Fijamo, C. (2026, 20 de fevereiro). Governo lança nova cartada para renovar apoio financeiro do FMI. O País. <https://opais.co.mz/governo-lanca-nova-cartada-para-renovar-apoio-financeiro-do-fmi/>



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: Gabriel Manguele
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

